

A DIFUSÃO DA FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO: a Praça da Estação nos conjuntos documentais do APCBH

*La difusión de la fotografía como documento archivístico: la Plaza de la Estación en los
conjuntos de los documentos del APCBH*

Suellen Alves de Melo*

Resumo: Discute-se a difusão do documento fotográfico como documento de arquivo a partir das fotografias que se relacionam com a Praça da Estação, em Belo Horizonte, as quais estão custodiadas pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Para isso, são analisadas as postagens na página da instituição no Facebook que mencionam a Praça, assim como o guia do acervo do Arquivo. Como resultado, têm-se que os documentos fotográficos relacionados à Praça da Estação mais difundidos no Facebook da instituição são aqueles pertencentes a fundos de assessoria de comunicação, empresa de turismo e fundação de cultura. Todavia, aponta-se outros órgãos produtores de documentos da cidade que podem ter documentos fotográficos da Praça, como superintendências de limpeza e de construção de obras, empresa de transporte e secretaria de meio ambiente.

Palavras-chave: Difusão do documento fotográfico. Praça da Estação. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Resumen: Se discute la difusión del documento fotográfico como documento de archivo a partir de las fotografías que se relacionan con la Plaza de la Estación, en Belo Horizonte, que se encuentran en custodia del Archivo Público de la Ciudad de Belo Horizonte. Para eso, se analizan las publicaciones en la página de Facebook de la institución que mencionan la Plaza, así como la guía de la colección del Archivo. Como resultado, los documentos fotográficos más difundidos relacionados con la Plaza de la Estación en el Facebook de la institución son los pertenecientes a fondos de asesoría de medios, empresa turística y fundación cultural. Sin embargo, existen otras agencias productoras de documentos en la ciudad que pueden tener documentos fotográficos de la Plaza, como las superintendencias de limpieza y construcción, empresa de transporte y secretaría de medio ambiente.

Palabras clave: Difusión del documento fotográfico. Plaza de la Estación. Archivo Público de la Ciudad de Belo Horizonte.

*Arquivista, Mestra em Ciência da Informação e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. E-mail: alvesdemelo.s@gmail.com.

Introdução

Desde março de 2020, a sociedade brasileira tem vivenciado um novo cotidiano imposto pela pandemia da Covid-19, no qual muitas instituições públicas e privadas tiveram que paralisar suas atividades presenciais e migrar parte de sua comunicação para redes sociais *on-line*, como Facebook, Instagram, Twitter e YouTube, além de sítios eletrônicos e *blogs*. Os governos, de maneira geral, passaram a direcionar estratégias para o momento, como o isolamento social. Além disso, nossos lares passaram a ser espaços de convivências diversas – com a família, o trabalho e a escola. Nessa perspectiva também se enquadra o papel que os arquivos públicos tiveram que assumir para estabelecer vínculos efetivos de comunicação com o público, sobretudo por meio de estratégias pautadas na difusão arquivística.

Essa função promove a visibilidade de instituições arquivísticas e de serviços de arquivo, assim como a aproximação efetiva à sociedade a partir da realização de estratégias que envolvem os conjuntos documentais custodiados, os produtos e os serviços ofertados. Alguns exemplos são a promoção de eventos institucionais – seminários, palestras, conferências entre outros –, a publicação de livros, revistas e instrumentos de pesquisa, a realização de visitas monitoradas e técnicas, a produção e o compartilhamento de conteúdos nas redes sociais *on-line*, sítios eletrônicos dentre outros (MELO, 2019).

No âmbito da difusão arquivística, os instrumentos de pesquisa e as redes sociais *on-line* – sem retirar a importância dos repositórios digitais – são fundamentais para tornar os arquivos públicos mais próximos da sociedade, na medida em que são usados, normalmente, para apresentar os fundos e as coleções, assim como os próprios itens documentais custodiados por essas instituições. É a partir dessas duas estratégias de difusão que esse trabalho se pauta, uma vez que parto do *Guia do acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte* (APCBH) e da página no Facebook dessa instituição para discutir o lugar de um gênero documental, por vezes, compreendido como especial, trata-se do documento fotográfico.

Neste trabalho, de maneira prática, discutirei a nuance de documento arquivístico que a fotografia possui a partir dos diferentes lugares que esse gênero assume nos conjuntos documentais custodiados pela instituição. Como esse recorte abrange o registro

imagético de diferentes lugares, pessoas e situações, fiz a opção metodológica de mirar a discussão para documentos fotográficos que se relacionam com a Praça Rui Barbosa ou, como é conhecida pelos belo-horizontinos, Praça da Estação.

A escolha da Praça da Estação se deve, em parte, por uma questão pessoal, mas que também transborda na coletividade belo-horizontina. Durante alguns anos, a Praça foi um dos meus pontos de passagem do centro da capital mineira para o bairro Floresta, em direção ao APCBH. Nesse percurso, muitas foram as oportunidades de refletir sobre os espaços que a circunda, o trânsito da Avenida dos Andradas, as pessoas que circulam por ali, o barulho do trem e as manifestações culturais registradas e vivenciadas na região. O lugar também foi alvo de vários cliques fotográficos, os quais estão guardados como lembranças da época. Por isso, pareceu-me oportuno entrecruzar a Praça da Estação, o documento fotográfico e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, a partir da perspectiva arquivística.

A proposta é apresentar como o documento fotográfico pode ser usado pelos órgãos públicos, neste caso, pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), em diferentes atividades. Busco, nesse sentido, em um primeiro momento, na página do APCBH no Facebook, as expressões “Praça Rui Barbosa” e “Praça da Estação”, com o objetivo de recuperar as postagens que fizeram uso do documento fotográfico (FACEBOOK DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2021). A partir do resultado encontrado, fiz o exercício de refletir, por intermédio do guia do acervo da instituição (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016), sobre outros conjuntos documentais que certamente possuem documentos fotográficos do local, porém que ainda não foram difundidos na rede social *on-line*.

Esse estudo coloca o leitor frente às discussões em torno da difusão arquivística, dos documentos fotográficos enquanto documentos de arquivo, dos fundos documentais e das possibilidades de atividades que podem empregar a fotografia. Para além disso, também busco trazer a reflexão sobre a importância da Praça como um lugar da cidade e de seus cidadãos, além de evidenciar a importância dos conjuntos documentais custodiados pela instituição serem disponibilizados *on-line*, tendo em vista, sobretudo, o novo, e já conhecido, lugar que a pandemia da Covid-19 colocou instituições e pessoas: o ambiente virtual.

A Praça da Estação: entre trilhos, formação da cidade e apropriações culturais

Caldeira (2007) afirma que, desde a antiguidade, as cidades são conformadas por meio de seus espaços de convivência, sendo a praça o símbolo principal desse processo, pois é o lugar que promove diversos encontros – sociais, políticos, culturais – entre os sujeitos. Nessa perspectiva, como Rivero (2015) discutiu em sua pesquisa de mestrado, apesar de ocupar um único espaço, uma praça é, na verdade, várias praças, como é a Praça da Estação, oficialmente intitulada Praça Rui Barbosa.

No final do século XIX, sobretudo a partir de concepções republicanas, a cidade de Ouro Preto deixou de ser o modelo ideal para sede da capital de Minas Gerais, proposta que, em 1891, foi aprovada pelo Congresso Constituinte Mineiro (JULIÃO, 2011). Todavia, apenas em 1893, após estudos de uma comissão técnica, o local para a construção da capital foi escolhido, a saber, Curral Del Rei, área subordinada a Sabará naquela época. A partir disso, foi estabelecida a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), inicialmente liderada pelo engenheiro Aarão Reis, com a responsabilidade de planejar e construir a cidade que seria a nova capital de Minas (JULIÃO, 1992).

O acervo documental produzido por essa Comissão é custodiado por três instituições sediadas em Belo Horizonte, sendo elas o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e o Museu Histórico Abílio Barreto. Um dos documentos mais simbólicos da construção da nova capital é, sem dúvidas, a Planta Geral da Cidade de Minas de 1895, onde é possível identificar a presença da Praça da Estação no planejamento de obras da CCNC. Neste documento, a cidade foi dividida a partir de três zonas, sendo elas a zona urbana, a zona suburbana e a zona agrícola. A Praça da Estação encontrava-se dentro dos limites da Zona Urbana (RIVERO, 2015).

Uma recente publicação do APCBH, o sexto volume da série “O Arquivo e a cidade”, *Representações do conjunto da Praça da Estação no acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*, apresenta a Praça a partir de alguns lugares de discussão, como a cartografia, o ambiente em movimento, a economia, os símbolos, os usos, as apropriações do local entre outros. Com esse material fica nítido que o surgimento da Praça está diretamente relacionado ao transporte ferroviário e, conseqüentemente, à construção da nova capital, uma vez que as obras que transformariam o pacato Curral Del

Rei em capital moderna necessitavam de inúmeros insumos, os quais, à época, eram transportados a partir dos trilhos ferroviários (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019).

Apesar de, ao longo dos anos, o transporte ferroviário ter sido marginalizado no sistema de transporte nacional – sobretudo a partir da extinção da Rede Ferroviária Federal, em 1999 (BRASIL, 1999) –, sem dúvidas, esse é um dos melhores meios de transporte para um país continental como o Brasil, tanto em relação à locomoção de cargas como de usuários. Foi por meio do Ramal Férreo Belo Horizonte, construção atribuída à Comissão Construtora em 1895, que a maior parte dos materiais usados para as obras da nova capital chegou ao antigo Curral Del Rei (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019).

Para Rivero (2015, p. 28), Estação e Praça foram planejadas conjuntamente. A Praça contava com uma esplanada para receber a arquitetura do prédio da Estação, transpassando as vias públicas do local. A autora destaca que, no Plano Geral da Estação e Dependências, mesmo a Praça ocupando um espaço que cortava o ribeirão Arrudas e uma via pública, a mesma estava identificada “[...] como *um único espaço* e com o nome de Praça da Estação” (RIVERO, 2015, p. 28, grifos da autora). Ao longo dos anos, a relevância espacial dada à Praça foi modificando-se, sobretudo por conta de alterações na Avenida dos Andradas, atual denominação da via pública que divide a Praça em dois espaços (Figura 1).

Figura 1 – Vista aérea da Praça da Estação



Foto: B&L Arquitetura, *on-line*, 2013.

Apesar de ter sido projetada por Aarão Reis em 1895, somente alguns anos mais tarde, em 1904, é que a Praça começou a ser construída. Antes disso, o primeiro prédio da Estação já havia sido edificado, em 1897, ano que também foi marcado pela inauguração da nova capital, Cidade de Minas, a qual, em 1901, passou a ser designada como Belo Horizonte (MIRANDA, 2007). Os jardins foram pontos importantes nesse cenário, como destaca Rivero (2015) ao apresentar trechos do Dossiê do Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação.

Em 1904, o Estado entregou à sociedade os jardins de estilo inglês da Praça, tornando o local o principal cartão de visitas da cidade, já que ali representava sua ilustre porta de entrada (MIRANDA, 2007). O ajardinamento da Praça permaneceu sendo, por alguns anos, alvo de políticas da capital, sobretudo porque Belo Horizonte, além de ser conhecida por seus ideais modernos, também ficou reconhecida como cidade jardim, devido ao seu planejamento paisagístico, o qual ainda pode ser visto em algumas áreas da capital, como no Parque Municipal Américo Renné Giannetti (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019; RIVERO, 2015).

Inicialmente denominada como Praça da Estação, o espaço teve seu nome modificado, em 1914, para Praça Cristiano Ottoni e, em 1923, para Praça Rui Barbosa,

entretanto, de maneira geral, a Praça é conhecida pelos belo-horizontinos como Praça da Estação. Além dos jardins, o local também recebe destaque por seus monumentos – alguns deles, como em um jogo de poder político, mudaram de ambiente em diferentes momentos –, à frente deles está o Monumento à Terra Mineira, obra do escultor italiano Júlio Starace, inaugurada em 1930, que foi colocada em frente ao prédio da antiga Estação como uma espécie de boas-vindas a quem chegava à cidade, conforme é registrado na Figura 2 (RIVERO, 2015).

Figura 2 – Monumento à Terra Mineira, Praça da Estação

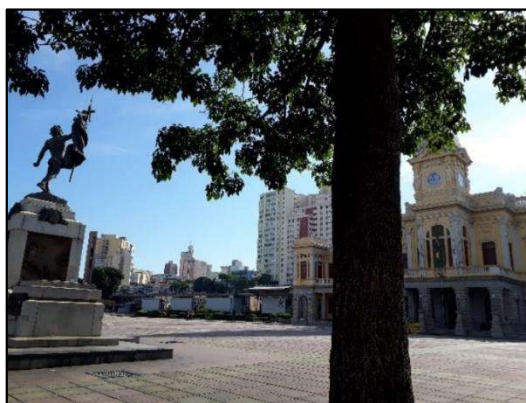


Foto: Arquivo Pessoal, 2018.

De acordo com Miranda (2007), a atividade industrial em Belo Horizonte iniciou-se no entorno da Praça da Estação, processo que pode ser identificado pela presença de serrarias – como a Serraria Souza Pinto –, além da Companhia Industrial de Belo Horizonte – empresa do segmento têxtil –, do Empório Industrial do Conde de Santa Marinha entre outras indústrias. Essa concentração industrial deveu-se, em grande medida, pela presença da estação ferroviária, que facilitava o transporte dos produtos. Além da existência da indústria, também havia no local edifícios que abrigavam serviços de hotelaria, os quais recebiam quem chegava à cidade pelos trilhos da ferrovia, desde chefes de Estado a operários (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019; MIRANDA, 2007).

Principalmente, devido à sua importância histórica, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação foi tombado em 1988 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), agrupando, além da Praça, seus jardins e esculturas, os prédios da Estação Central e edificações lindeiras, como a

Casa do Conde de Santa Marinha, o Edifício Chagas Dória, a antiga Serraria Souza Pinto, a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o antigo Instituto de Química e o Pavilhão Mário Werneck. Além disso, os viadutos da Floresta e de Santa Tereza, assim como os dormitórios e armazéns da Estação, também compõem o tombamento, que está inscrito no Livro de Tombo n. I – Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – e no Livro de Tombo n. II – de Belas Artes (IEPHA, *on-line*, 1988, 2016, RIVERO, 2015).

A preservação e o reconhecimento desse patrimônio, ocorreu novamente anos mais tarde, dessa vez, em âmbito municipal. De acordo com Minchilo e Passos (2019, p. 527), em 1988, o perímetro do tombamento definido pelo IEPHA foi ampliado a partir da aprovação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, com a incorporação de quadras limiars à Praça no percurso do ribeirão Arrudas e junto à linha férrea. Ainda segundo as autoras,

na ocasião, vários imóveis foram protegidos por meio de Tombamento e Registro Documental e ficou definida uma altimetria máxima de 12 metros para intervenções e novas construções. Com um desenvolvimento gradual e executado em diversas etapas deu-se a implantação do projeto de recuperação da área e o incentivo à reocupação, com a restauração do edifício histórico da estação de trem e as obras de revitalização do entorno. (MINCHILO; PASSOS, 2019, p. 527)

Como porta de entrada e saída de muitas pessoas, a Praça da Estação assumiu papéis diferentes ao longo do tempo. Com o declínio do transporte ferroviário, a Estação passou a ser usada principalmente pelo transporte metroviário, que liga Belo Horizonte à parte de sua Região Metropolitana. O espaço da Praça tem sido usado para inúmeras manifestações culturais, como apresentações artísticas e musicais, apresentação de quadrilhas juninas, encontro de blocos carnavalescos, manifestações políticas, Praias da Estação – movimento em oposição ao Decreto Municipal n. 13.798, de 09 de dezembro de 2009, que proibia eventos na Praça –, feiras de artesanato, entre tantas outras (BELO HORIZONTE, 2009;2019).

Além disso, o prédio da atual Estação Ferroviária Central de Belo Horizonte abriga o Museu de Artes e Ofícios desde 2006 e, nas proximidades, também estão localizados o Centro Cultural da UFMG, o Centro de Referência da Juventude e a Biblioteca Pública Infantil e Juvenil. Por tudo isso, o espaço é palco de encontro de várias

tribos urbanas, como no Viaduto Santa Tereza, onde acontece o Duelo de MCs, entre outras manifestações culturais (BELO HORIZONTE, 2019; MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS, *on-line*; VEIGA, 2019).

Os trilhos ferroviários ocuparam sua importância na entrada de materiais para a construção da nova capital e de pessoas – as que vinham conhecer a moderna cidade e aquelas que vinham residir e fazer a vida em Belo Horizonte. Todavia, ao longo dos anos, os trilhos foram colocados à margem do protagonismo urbano da capital mineira e a Praça tomou seu espaço como lugar de formação da cidade, lugar que já havia sido previsto em seu planejamento inicial, lugar de encontro, de debate, de desigualdades, de vozes e passos, lugar de passar e de ficar, lugar de ouvir o barulho do trem, dos ônibus, dos carros e das motos, lugar de ver nossa Belo Horizonte transformando-se.

Um pouco de arquivística: documentos de arquivo e documentos fotográficos

A presença da humanidade pode ser comprovada, sobretudo, pelos registros documentais produzidos ao longo dos séculos, por meio do emprego de diversos suportes, como pedras, papiro e tecido. A partir disso, alcançamos o conceito básico de documento, ou seja, informação registrada em um suporte. Para que os documentos possam ser considerados arquivísticos e, assim serem tratados e organizados de maneira diferente que os documentos de bibliotecas e museus, acrescentamos à sua definição a questão de produção. É considerado documento de arquivo todo aquele que é produto das atividades de pessoas físicas e jurídicas.

Além de seu contexto genético, os documentos de arquivo possuem algumas características que são fundamentais para delimitar suas nuances, como a imparcialidade, a autenticidade, a naturalidade, a organicidade, a unicidade e a fixidez. A seguir apresento uma breve explicação acerca delas e de outros conceitos caros à Arquivologia. Para uma discussão mais aprofundada, recomendo os trabalhos de Duranti (1994), Rondinelli (2013), Santos (2015) e Schellenberg (2006), além do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, obra de autoria do Arquivo Nacional (2005).

As três primeiras características relacionam-se à produção do documento arquivístico. A imparcialidade diz respeito aos documentos serem produzidos devido a

questões do presente e não do futuro, a autenticidade “[...] refere-se ao controle do processo de criação, manutenção e custódia do documento arquivístico [...]” (SANTOS, 2015, p. 122) e, por sua vez, a naturalidade relaciona-se aos documentos serem criados no decurso da execução de atividades, diferenciando-os das coleções, as quais são produzidas a partir da junção de itens de diferentes proveniências. Portanto, essas três características não levam em conta a parcialidade dos produtores dos documentos, tampouco a veracidade do conteúdo documental ou a inexistência da naturalidade no contexto real – questões que, muitas vezes, são criticadas apenas levando em conta o nome das características e não suas definições.

A organicidade e a unicidade nos ajudam a compreender como o documento de arquivo é entendido, ou seja, sempre a partir de seu conjunto documental. Assim, o documento é orgânico porque ele é compreendido por meio das interações que estabelece como os demais documentos de seu conjunto. É como se um documento “puxasse” outro. A unicidade revela que cada documento ocupa um lugar único dentro de seu conjunto documental. A fixidez está relacionada à forma fixa e ao conteúdo estável dos documentos. Essa característica tem sido mais evidenciada no contexto digital, visto que os documentos digitais, muitas vezes, têm sua aparência modificada devido às especificidades de algum *software*. Nesse caso, enquanto o conteúdo permanece estável, a forma fixa pode ser alterada a partir de regras preestabelecidas.

Os documentos produzidos por uma mesma pessoa – física ou jurídica – a partir da consecução de atividades compõem o que chamamos de fundos documentais. Duchein (1986) apresenta uma série de problemas e dificuldades para o estabelecimento de fundos documentais, sobretudo em relação às instituições, as quais, muitas vezes, são criadas, extintas ou agregadas a outras instituições, dificultando o processo de identificação do conjunto documental. O autor apresenta vários critérios que podem ser empregados para a delimitação de fundos de organismos produtores de documentos, como possuir um nome e ter existência jurídica, apresentar atribuições específicas que estejam definidas legalmente, possuir organograma entre outros.

Existem duas formas principais de organização de fundos, os chamados quadros de arranjo – nomenclatura tradicionalmente aplicada aos arquivos permanentes –, a partir das estruturas dos organismos produtores ou por meio de suas funções (GONÇALVES,

1998). O quadro de arranjo configurado pelas funções é o mais aceito na área arquivística, porque as estruturas administrativas, normalmente, mudam com certa frequência, enquanto as funções tendem a permanecer ao longo do tempo. O quadro de arranjo de fundos do APCBH, por exemplo, está organizado a partir da estrutura administrativa do poder Executivo da cidade (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019), o que faz com que a instituição tenha que realizar alguma modificação no instrumento com regularidade, devido às alterações no organograma da Prefeitura, sobretudo a partir da posse de novos prefeitos.

Os documentos de arquivo possuem valores primários – administrativos, legais e fiscais – e podem possuir valores secundários – probatórios e informativos (SCHELLENBERG, 2006). Esses valores, assim como os prazos de guarda e a destinação dos documentos, são ações definidas a partir da avaliação documental, função arquivística que deve ser realizada por uma comissão formada por diferentes sujeitos. Em âmbito público, o produto da avaliação é a tabela de temporalidade e destinação de documentos, instrumento que deve ser aprovado por autoridade competente e que promove a racionalização de recursos, na medida em que estabelece os documentos que serão eliminados e os que serão recolhidos aos arquivos públicos, oportunizando a transparência do Estado e a proteção de direitos e deveres.

Caso possuam valores secundários, os documentos de arquivo devem ser preservados pelas instituições arquivísticas, as quais também são responsáveis por organizá-los – por meio de descrições e instrumentos de pesquisa –, difundi-los, bem como conceder o acesso aos mesmos. Esses documentos podem ser acessados por qualquer cidadão e são usados para diferentes fins, tanto em pesquisas acadêmicas quanto para a comprovação de direitos, atividades diletantes entre outros. Eles são usados em narrativas históricas e, muitas vezes, são identificados como a própria memória de um município, estado ou nação.

Por muito tempo, a definição de documento arquivístico esteve atrelada aos documentos textuais em papel, fazendo com que outros gêneros como os documentos iconográficos e audiovisuais fossem colocados à margem do tratamento arquivístico e passassem a ser considerados especiais, sobretudo devido à fragilidade de seu suporte que demanda cuidados de preservação. Essa questão contribuiu para que diversas instituições

arquivísticas tivessem suas estruturas administrativas divididas em setores voltados aos documentos textuais e setores voltados aos documentos especiais. O resultado dessa divisão, muitas vezes, foi a perda do contexto orgânico dos documentos e a dispersão de fundos, o que contribuiu também que documentos considerados especiais, como os documentos fotográficos, fossem organizados a partir de sua estrutura imagética, levando em conta o conteúdo da fotografia e os assuntos registrados, por exemplo (LACERDA, 2008; MELO, 2019).

Ocorre que se a fotografia for produzida para o cumprimento de alguma atividade de pessoa física ou jurídica, a mesma enquadra-se como documento de arquivo, devendo, portanto, ser inserida em programas de gestão documental e receber tratamento arquivístico condizente com sua produção orgânica. Como provas de atividades, as fotografias, por exemplo, podem estar presentes em relatórios de atividades e, se retiradas desse contexto, perdem o sentido de sua produção. No entanto, o que temos visto é a sobreposição do documento fotográfico em relação a outros gêneros documentais, como um representante absoluto da realidade, por registrar espaços e tempos passados. Além de serem amuletos de lembranças e memórias, como se apenas a imagem pudesse ser usada para recordar e saborear o passado.

Alguns autores como Lacerda (2008) e Lopez (2001) têm discutido o documento fotográfico no âmbito da arquivística. Lacerda (2008), apresentou o contexto pelo qual a fotografia passou a ser considerada documento de arquivo em manuais e demais publicações da área. Timidamente, o documento fotográfico passou a ser considerado arquivístico a partir do manual de Hilary Jenkinson, em 1922, mesmo assim sendo considerado como “novo documento”, expressão que, mais tarde, assumiu outro viés, a saber, documento especial, devido às especificações de seu suporte e, consequentemente, aos cuidados que sua preservação demanda, como o controle de umidade e temperatura – isto é, enquanto documento analógico, já que, a fotografia digital possui outros critérios de preservação.

Lopez (2001) discutiu a questão da fotografia ser, muitas vezes, tratada apenas levando em conta seu conteúdo imagético, a partir da marginalização de seu contexto de produção, sendo assim, classificada e descrita considerando sua representação visual e assuntos abordados, dando brecha às interpretações pessoais de indexadores, algumas

vezes, interpretações preconceituosas. Esse cenário proporciona a perda do vínculo orgânico dos documentos fotográficos e facilita a criação de coleções, como a Coleção de Fotografias Avulsas do Arquivo Nacional (MELO, 2019).

Apesar de algumas vezes ouvirmos aquela típica frase de que uma fotografia fala mais que mil palavras, certamente, se o contexto de produção do documento fotográfico estiver identificado, como o produtor, a atividade produtora, data, local, fotógrafo, entre outros elementos, os usuários terão mais embasamento acerca do documento, estando mais aptos a construir narrativas históricas, assim como para subsidiar o cumprimento de seus direitos, entre tantos outros usos. Sem esse contexto, a fotografia se perde em um emaranhado de assuntos, os quais tendem a cada situação para os interesses do sujeito que a observa e, em alguns casos, para a memória de um passado que se firma em questões do presente, buscando alicerçar o futuro.

No contexto do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, desde 1997, data da publicação da primeira tabela de temporalidade da instituição, os documentos fotográficos possuem guarda permanente – contudo, com a produção digital, foram estabelecidos critérios para o recolhimento das fotografias dos órgãos da PBH ao Arquivo. Como já discutimos em pesquisas anteriores, o lugar da fotografia na instituição deve-se ao lugar que esse documento teve desde a concepção do projeto de uma nova capital. A fotografia não poderia estar de fora do processo de modernização do Estado mineiro. Assim, a construção de Belo Horizonte contou com o Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora, responsável por registrar as mudanças no cenário do Curral Del Rei. Era necessário que fossem documentados visualmente os feitos do Estado (MELO, 2017; 2019).

Nas diversas estruturas administrativas da Prefeitura, é possível encontrar a presença da fotografia em vários equipamentos públicos. A partir do momento que esses documentos são recolhidos pelo APCBH, eles recebem tratamento arquivístico e podem ser disponibilizados para consulta. Além da ótica de fotografia pública, eles passam a ter outras leituras pelos consulentes, a partir de seus fundos documentais, por isso, é tão importante que haja instrumentos de pesquisa descrevendo os conjuntos de documentos e que, quando postados em redes sociais, os documentos sejam identificados corretamente. Assim, as novas leituras serão feitas a partir da âncora do contexto orgânico

(MELO, 2019). A Praça pode ser recuperada por meio da expressão que leva seu nome na página do Facebook do Arquivo, todavia, as postagens encontradas apresentarão os documentos fotográficos com a identificação de seu conjunto e não como documento ilustrativo de um texto. Até porque, os fotógrafos do poder público não fazem registros ao léu, por motivações quaisquer, ao contrário, saem às ruas de Belo Horizonte com determinações prescritas pelos órgãos da Prefeitura para registrar atividades do município.

A análise, os resultados

A metodologia deste trabalho baseou-se em análise de conteúdo, na medida em que, em um primeiro momento, a partir da página do Arquivo no Facebook, fiz uma pesquisa com as expressões “Praça Rui Barbosa” e “Praça da Estação” e, posteriormente, analisei os resultados encontrados com o objetivo de verificar se as postagens encontradas traziam temáticas relacionadas à Praça ou não, já que a funcionalidade de pesquisa nessa rede social *on-line* também recupera as palavras isoladas, como, “praça” e “estação”. Além disso, me detive à Praça da Estação e às suas adjacências, como os edifícios lindeiros ao local, os viadutos da Floresta e de Santa Tereza, assim como a algumas vias públicas que estão no entorno, como a Rua da Bahia, a Avenida dos Andradas, a Avenida do Contorno e a Rua Sapucaí.

A análise na rede social foi feita no dia 28 de maio de 2021, no campo “Procurando algo” presente na página do APCBH no Facebook, no qual é possível pesquisar publicações, fotos e vídeos postados pela instituição. Com a expressão “Praça da Estação” recuperei 41 publicações que faziam referência à Praça, a busca com a expressão “Praça Rui Barbosa”, por sua vez, recuperou nove postagens. Os textos de algumas publicações utilizaram as duas expressões “Praça da Estação” e “Praça Rui Barbosa”, por isso, parte das postagens se repetiu nas duas pesquisas. Dessa forma, o número total de publicações do APCBH no Facebook até a data analisada relacionada à Praça da Estação foi de 43 postagens, que estão espaçadas entre os anos de 2013 e 2021.

Nem todas as publicações mencionadas dizem respeito à difusão de documentos fotográficos, em algumas delas foram difundidos documentos tridimensionais, cartográficos e outros iconográficos, assim como divulgação da promoção do evento

“Representações do Conjunto da Praça da Estação no acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte” que ocorreu em 2019, com o lançamento de uma publicação da instituição sobre os documentos custodiados pelo APCBH que fazem referência à Praça da Estação.

Neste trabalho, apresentarei e analisarei as postagens que difundiram documentos fotográficos relacionadas à Praça, com o objetivo de discutir a fotografia como documento de arquivo em diferentes fundos documentais custodiados pelo APCBH. Dessa forma, foram encontradas 30 publicações com fotografias. No Quadro 1, apresento as publicações recuperadas a partir das duas expressões com a identificação do fundo ou da coleção ao qual o documento fotográfico difundido pertence, a quantidade de fotografias compartilhadas e o ano de publicação.

À nota de explicação, encontrei vinte fotografias do 1º Forró de Belô, por isso, por uma questão de organização, identifiquei esse resultado a partir da entrada “Álbum 1º Forró de Belô, 1979 – Praça da Estação”, no quadro a seguir. Algumas publicações apresentavam documentos fotográficos da Praça e de outros locais, no entanto, me ateno apenas às fotografias do equipamento cultural analisado neste trabalho.

Quadro 1 – Publicações com documentos fotográficos na página do APCBH no Facebook relacionados à Praça da Estação

Nº	Descrição	Fundo/coleção	Quantidade	Ano
1	Álbum 1º Forró de Belô, 1979 – Praça da Estação	Fundo ASCOM	20	2013
2	Dia do Trabalhador – Praça da Estação	Fundo ASCOM	1	2014
3	Conjunto Arquitetônico da Praça da Estação – Serraria Souza Pinto	Coleção José Goés e Fundo Belotur	2	2014
4	Rua da Bahia	Fundo FMC	1	2014
5	Festa Junina – Praça da Estação	Fundo Belotur	1	2014
6	Quadrilha infantil – Praça da Estação	Fundo Belotur	1	2016
7	Apresentação de quadrilhas, Arraial de Belô 2008 – Praça da Estação	Sem identificação	1	2016
8	Parque Ferroviário de Belo Horizonte	Fundo ASCOM	1	2017
9	Conjunto Arquitetônico da Praça da Estação – Viaduto Santa Tereza	Fundo ASCOM	1	2019
10	Dia do Ferroviário – Edifício Chagas Dória	Fundo Belotur	1	2019
11	Primeiro prédio que o APCBH ocupou – Edifício Central	Fundo Belotur	1	2021

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Embora um dos documentos fotográficos encontrado na pesquisa faça parte da Coleção José Goés, não irei analisá-lo, visto que o objetivo do trabalho é discutir a

fotografia como documento produzido a partir da execução de determinada atividade, ou seja, acumulado organicamente, e não reunido artificialmente, como é o caso dos documentos que compõem coleções.

Dito isto, é notório que os fundos identificados na difusão de documentos fotográficos relacionados à Praça da Estação no Facebook dizem respeito às áreas de cultura e turismo, como o Fundo da Assessoria de Comunicação Social do Município (ASCOM), o Fundo da Empresa Municipal de Turismo do Município de Belo Horizonte S/A (Belotur) e o Fundo da Fundação Municipal de Cultura (FMC). Esse resultado está diretamente relacionado às temáticas das publicações, a saber, a divulgação de festas juninas, de edifícios que compõem o Complexo Arquitetônico da Praça da Estação, de temáticas ferroviárias entre outras.

O Fundo da ASCOM, por exemplo, reúne documentos fotográficos sobre eventos culturais ocorridos na cidade, intervenções urbanas, como grandes construções, além de registrar a vida política do prefeito. O Fundo da Belotur contempla uma infinidade de eventos promovidos em Belo Horizonte, como festas juninas, carnavais e datas religiosas, dentre outros. O Fundo da Fundação Municipal de Cultura também engloba eventos ocorridos nos equipamentos culturais da Prefeitura de Belo Horizonte, como museus, bibliotecas e centros de referência (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016).

Nessa perspectiva, a Praça é representada na página do Facebook do APCBH, sobretudo, a partir do viés de palco cultural, no qual diferentes culturas se encontram para celebrar datas importantes do calendário nacional, estadual e municipal. Os documentos fotográficos, então, são produzidos pela Assessoria de Comunicação, Belotur e Fundação Municipal de Cultura como forma de registrar os eventos produzidos por estes órgãos públicos. Sendo assim, certamente, essas fotografias compõem relatórios de atividades, prestações de contas, publicações institucionais, matérias jornalísticas, postagens de redes sociais e álbuns fotográficos, entre outros. Portanto, as fotografias não são produzidas por e simplesmente como forma de registrar e publicizar o evento, mas, também, para provar à administração pública que a Festa Junina “X” foi promovida com os recursos “Y” e “Z”.

O fato das postagens com documentos fotográficos relacionadas à Praça da Estação terem empregado os fundos mencionados acima revela e coloca em pauta algumas questões. Apesar de serem fundos abertos – e, por isso, estarem aptos a receberem mais recolhimentos –, os conjuntos documentais da Assessoria de Comunicação, da Belotur e da Fundação Municipal de Cultura já passaram pelo tratamento arquivístico, como higienização, identificação, descrição e digitalização. Dessa forma, são mais facilmente usados nas atividades de difusão da instituição do que aqueles acervos que ainda aguardam para serem tratados pelos setores técnicos do Arquivo (MELO, 2019).

Outra questão é que o principal tipo de postagem difundido nas redes sociais são as efemérides, uma tradição de longa data das instituições arquivísticas. Em pesquisa anterior, verificamos que conjuntos documentais que abarcam a produção de eventos de órgãos públicos e empresas privadas são os mais usados para a difusão de documentos fotográficos em postagens de efemérides. Isso ocorre porque, em fundos de assessorias de comunicação e periódicos nacionais, por exemplo, há fotografias que englobam diferentes situações, pessoas e locais, assim, as instituições arquivísticas podem elaborar as postagens a partir de inúmeras possibilidades e, muitas vezes, sem a necessidade de repetir a fotografia ao longo dos anos (MELO, 2019).

Contudo, faz-se necessário que outros conjuntos documentais sejam usados na difusão, promovendo o acesso aos documentos custodiados pelos arquivos públicos. Os usuários não podem ser levados a criar um imaginário de que as instituições arquivísticas custodiam apenas acervos de determinadas atividades, como àquelas voltadas à cultura, assim como são detentores somente de preciosidades fotográficas. A imagem dessas instituições não deve perpetuar o senso comum, que, muitas vezes, é levado à ideia de “arquivo morto” e de “tesouro da memória”. É necessário difundir a imagem das instituições arquivísticas como entidades públicas responsáveis, sobretudo, pela viabilização da transparência do Estado, promoção de direitos e escrita de narrativas histórias, entre outras questões.

Nesse sentido, fiz o exercício de refletir sobre outros fundos documentais que, provavelmente, possuem fotografias relacionadas à Praça da Estação e às suas adjacências. Algumas atividades como construção de obras, gerenciamento de trânsito,

limpeza de vias públicas e desenvolvimento de políticas ambientais vieram à tona. Ao buscar no *Guia do acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*, encontrei os órgãos responsáveis por essas atividades na Prefeitura de Belo Horizonte, a partir de seus respectivos fundos documentais.

A Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap) tem como competência a execução do Plano de Obras do Município, promovendo os serviços de iluminação pública, abastecimento de água entre outros. A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS) tem suas atribuições voltadas à política de transportes e trânsito do município, como o controle da prestação dos serviços de transporte coletivo e o planejamento operacional do trânsito, entre outras. A Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) é responsável pelos serviços de limpeza da cidade, como varredura de vias públicas, coleta, depósito e tratamento do lixo, entre outras atividades. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) coordena a política ambiental de Belo Horizonte (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016).

Nas diversas obras realizadas nas proximidades da Praça da Estação, a Sudecap provavelmente realizou o registro fotográfico das vias públicas no entorno do local, assim como os campos de obras. A BHTRANS, em diversas situações, já precisou alterar o trânsito nas proximidades da Avenida dos Andradas devido a eventos culturais, por exemplo. Essas alterações compõem relatórios dos agentes da Empresa, os quais podem conter documentos fotográficos. Nesses mesmos eventos, outro equipamento público também atua, trata-se da SLU, responsável pela limpeza urbana. Assim, os relatórios dessa Superintendência também devem conter fotografias, no sentido de prestar contas dos serviços realizados nos eventos da cidade ocorridos na Praça da Estação. Os jardins do local são alvos das ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, as quais são registradas em processos, por meio de documentos textuais, fotográficos e audiovisuais, entre outros.

A reflexão apresentada acima, certamente, seria mais coerente se eu tivesse consultado os fundos documentais dos equipamentos públicos elegidos. Essa consulta poderia ter ocorrido presencialmente – oportunidade com restrições no período da pandemia da Covid-19, época em que este trabalho foi produzido – e também de maneira

virtual, caso o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte tivesse um repositório digital *on-line*. Sabe-se, no entanto, que para uma instituição arquivística ofertar o acesso aos documentos pela internet várias estratégias são demandadas, que vão muito além da digitalização. É preciso o desenvolvimento, a aplicação e, consequentemente, a remodelação de uma política de acesso, em conjunto com a alocação de recursos técnicos, humanos e, sobretudo, financeiros.

Contudo, não retirarei o mérito da reflexão apresentada, uma vez que os fundos documentais da Sudecap, BHTRANS, SLU e Secretaria Municipal de Meio Ambiente possuem documentos fotográficos, os quais alguns estão indicados no *Guia do acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte* e outros, estavam nas etapas de processamento técnico à época da elaboração desse instrumento de pesquisa – como as fotografias produzidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital, conforme registra uma postagem no Facebook da instituição publicada em abril de 2017 (FACEBOOK DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2017).

Cada órgão da PBH tem sua produção fotográfica alicerçada a partir de suas competências na administração pública. Nessa perspectiva, um mesmo aspecto da municipalidade pode ser fotografado por dois ou mais equipamentos da Prefeitura, entretanto, com objetivos diferentes. Por isso, um dos desdobramentos deste trabalho, certamente, é uma análise mais criteriosa a respeito dessa temática, com o levantamento dos fundos documentais da Sudecap, BHTRANS, SLU e SMMA.

Algumas considerações

A difusão arquivística é uma atividade que envolve poder, na medida em que são eleitos quais os conjuntos documentais serão discutidos em eventos, que irão compor exposições, postagens de redes sociais *on-line* entre outros. Dessa forma, é necessário que as instituições arquivísticas tenham políticas institucionais que abarquem a função, de forma que todos os critérios que perpassam sua execução sejam debatidos e planejados. Também é importante que essas políticas sejam desenvolvidas a partir de diversos

olhares, das instituições e dos cidadãos, assim, os arquivos públicos se posicionarão como entidades sensibilizadas com o lugar que possuem na sociedade.

Com a apresentação da história da Praça da Estação, vimos que esse espaço, desde antes de sua fundação, foi tomado como porta de entrada e de encontro dos sujeitos em Belo Horizonte. A questão ferroviária foi perdendo espaço no cenário da capital mineira e a Praça tomou lugar, sobretudo, a partir dos encontros culturais que seu espaço viabiliza. Essa nuance do local foi vista por meio da análise das postagens do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte em sua página no Facebook, já que as publicações privilegiaram comemorações culturais, como festas juninas e carnavais.

Embora o documento fotográfico tenha esse caráter festivo, já que culturalmente nossas comemorações são marcadas pela fotografia, é importante destacar que esse gênero documental também pode ser empregado por outras atividades do município, como na construção de obras, alteração no trânsito, limpeza de vias públicas, plantio de árvores entre outras atividades. Assim ficou nítido o caráter arquivístico que o documento fotográfico possui e que, muitas vezes, é colocado de lado por conta de seu conteúdo imagético e por nossas memórias pessoais e coletivas.

O período da pandemia da Covid-19 tem sido desbravador, no sentido de que pessoas e instituições tiveram que se redescobrir e criar novas formas de comunicação. Sítios institucionais e, sobretudo, redes sociais têm sido lugares *on-line* privilegiados para os arquivos públicos manterem seus discursos com a sociedade, a partir da difusão de seus acervos documentais, produtos e serviços. Muito embora existam filtros técnicos e sociais, como a própria estrutura política do Estado e os algoritmos das redes sociais, é fundamental que as instituições arquivísticas aproveitem esse momento para estabelecerem sua identidade, a partir do apontamento de seu lugar, ou seja, da área arquivística. Por isso, os documentos devem ser difundidos sob a perspectiva arquivística, privilegiando o contexto orgânico dos mesmos, assim como também mais fundos e coleções devem ser compartilhados, promovendo o acesso a outros conjuntos documentais custodiados pelos arquivos públicos.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Guia do acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://issuu.com/apcbh/docs/guia_apcbh. Acesso em: 26 de jun. de 2021.

_____. *Representações do Conjunto da Praça da Estação no acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2019.

B&L ARQUITETURA. *Praça da Estação – Boulevard Arrudas*: Praça da Estação. B&L Arquitetura, 2013. Disponível em: <https://www.belarq.com.br/?portfolio=praca-da-estacao-boulevard-arrudas>. Acesso: 26 de jun. de 2021.

BELO HORIZONTE (MG). *Decreto Municipal n. 13.798, de 09 de dezembro de 2009*. Proíbe realização de eventos de qualquer natureza na praça da estação, nesta capital. (revogado)

BRASIL. *Decreto Federal n. 3.277, de 07 de dezembro de 1999*. Dispõe sobre a dissolução, liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A – RFFSA.

CALDEIRA, Júnia Marques. *A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade*. (Defesa em 09 de novembro de 2007. 431 f.) Tese (Doutorado) História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*. Publicado em 01 de janeiro de 1986; 10-14 (1): 14-33, abr./ago. 1986.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*. Publicado em 01 de julho de 1994; 7 (13): 49-64, jan./ jun. 1994.

FACEBOOK DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Página inicial*. Página Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/apcbh/>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

_____. *Postagem “No ano de 2015, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte realizou um grande recolhimento de fotografias positivadas, originárias do fundo da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP)”*. Página Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/apcbh/posts/1245121072272222>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

IEPHA - INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Conjunto paisagístico e arquitetônico da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação)*. IEPHA Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/85/bens-tombados-conjunto-paisag%C3%ADstico-e-arquitet%C3%B4nico-da-pra%C3%A7a-rui-barbosa-pra%C3%A7a-da-esta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 26 de jun. de 2021.

_____. *Decreto n. 27.927, de 15 de março de 1988*. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br>. Acesso em: 26 de jun. 2021

JULIÃO, Leticia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891- 1920)*. (Defesa em 1992. 200 f.). Dissertação (Mestrado) Ciência Política – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

_____. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. *História*. Publicado em 16 de agosto de 2011; 30 (1): 114-147, jan./ jun. 2011

LACERDA, Aline Lopes de. *A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil*. (Defesa em 29 de maio de 2008. 259 f.). Tese (Doutorado) História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOPEZ, André Porto Ancona. *As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. (Defesa em 20 de fevereiro de 2001. 131 f.). Tese (Doutorado) História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MELO, Suellen Alves de. *A fotografia como documento arquivístico e seu lugar nos arquivos municipais: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*. (Defesa em 04 de dezembro de 2017. 89 f.). Monografia (Graduação) Curso Arquivologia – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

_____. *Difusão de documentos fotográficos: análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no Facebook*. (Defesa em 09 de dezembro de 2019. 173 f.). Dissertação (Mestrado) Curso Ciência da Informação – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MINCHILO, Paula Márcia Alves Quinaud; PASSOS, Alexandra do Nascimento. Sua rua, minha casa: viver, fruir e pertencer ao Baixo Centro de Belo Horizonte (Brasil). Oculum ensaios: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*. v. 16, n. 3, 523-542, set./ dez. 2019.

MIRANDA, André de Sousa. *A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação*. Dissertação (Mestrado) Arquitetura - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Sobre*. Museu de Artes & Ofícios, sem data. Disponível em: <https://www.mao.org.br/sobre/>. Acesso em: 26 de jun. de 2021.

RIVERO, Elena Lucía. *Um espaço, várias praças: conflitos e disputas em torno da Praça da Estação*. (Defesa em 10 de julho de 2015. 189 f.). Dissertação (Mestrado) Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RONDINELLI, Rosely Curi. *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. *A arquivística como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos*. 1. ed. Salvador: 9Bravos, 2015.

SCELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. *Cidade Palimpsestica: Exposição curricular Museologia UFMG 2019*. Tainacan Lab, 2019. Disponível em: <https://tainacan.eci.ufmg.br/cidadepalimpsestica/viaduto-santa-tereza-travessias-urbanas/>. Acesso em: 26 de jun. de 2021.